

Superior Tribunal de Justiça

**TutPrv no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 58.456 - MA
(2018/0210153-0)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
REQUERENTE : RENATO MADEIRA REIS
ADVOGADOS : ALEXANDRE PONTIERI - SP191828
DANIEL RODRIGUES BRAGA - MA017967
REQUERIDO : PAULA VIANA PEREIRA BRANDAO
ADVOGADOS : WALNEY DE ABREU OLIVEIRA - MA004378
PABLO ALVES NAUE - MA010197
REQUERIDO : ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR : ARTHUR REGIS FROTA CARNEIRO ARAÚJO E OUTRO(S)

DESPACHO

Trata-se de requerimento, fundado no art. 300 do CPC, em que se alega descumprimento da decisão que proferi às fls. 1094-1097, posteriormente confirmada por acórdãos da Segunda Turma, prolatados no julgamento de Agravos Internos dos agravados (fls. 1328-1332 e 1338-1342).

Por meio desses julgados, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a decisão monocrática proferida pelo Desembargador Jorge Rachid Mubarak Maluf no MS 083149-25.2017.8.10.0000, pela qual Sua Excelência, entendendo pela ilegitimidade da abertura de prazo para complementação de documentos em concurso público, determinou a reclassificação dos candidatos do certame.

O requerente, às fls. 1351-1352, sustenta o seguinte:

[...] conquanto haja decisão de Vossa Excelência (fl. e-STJ 1.094) exarada em tutela provisória recursal, também referendada por esta Corte Superior, em sessão de julgamento de agravo interno (fls. e-STJ 1.242 e 1.243), com posterior publicação do acórdão na data de 18/06/2019 (fl. e-STJ 1.343), tais comandos estão sendo descumpridos pela autoridade coatora – DESEMBARGADOR JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.

6. Assim que, a autoridade coatora, afrontando expressamente acórdão desta Corte Superior de Justiça, desta vez, em diferente ação mandamental, nos autos do Mandado de Segurança nº 0804976-71.2017.8.10.0000, mesmo diante da suspensão já determinada por Vossa Excelência, proferiu supervenientemente decisão de idêntico conteúdo, suspendendo a possibilidade de escolha das serventias pelo impetrante em audiência de escolha a ser designada pela Comissão do Concurso para ingresso na atividade notarial e registral do Estado do Maranhão (DOC. ANEXO 02) [...]

Superior Tribunal de Justiça

Em virtude do exposto, requisitem-se, **com urgência**, informações do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, notadamente sobre: a) o cumprimento da decisão que proferi às fls. 1094-1097, confirmada no julgamento dos Agravos de fls. 1328-1332 e 1338-1342; b) eventual reclassificação do impetrante, Renato Madeira Reis, com fundamento na inadmissão da complementação da documentação exigida no item 9.3 do Edital 01/2016.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de setembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

